

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO: 01/17 - PROCESSO INTERNO: 357/17**

**OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA E/OU ARQUITETURA, VISANDO À EXECUÇÃO, COMPATIBILIZAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA, NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SUAS APROVAÇÕES EM ÓRGÃOS COMPETENTES E ORÇAMENTO DE OBRAS.**

**ESCLARECIMENTO 07**

**ENVIADO VIA E-MAIL EM 30/11/2017 18:09**

**1)** No Anexo 1 Termo de referência, no item 2 “Atividades Técnicas de Interesse para credenciamento”, apesar de existir uma atividade técnica específica para orçamento, este serviço é colocado em todas as demais atividades (em tabelas), ao passo que no Anexo A, item 3 “Especificações e entrega dos projetos básicos”, para as mesmas atividades, são citados como produtos para entrega apenas lista de materiais e equipamentos e memória de cálculo dos quantitativos e não orçamentos.

É correto o entendimento de que o orçamento será uma atividade técnica específica, não sendo necessário a elaboração deste em atividades/projetos como arquitetura, hidro sanitário, estrutural, etc?

**2)** Ainda no Anexo 1 Termo de referência, no item 2 “Atividades Técnicas de Interesse para credenciamento”, quando são citados levantamentos cadastrais da situação do imóvel, e do entorno, inclui levantamentos topográficos, geotécnicos (normalmente indispensáveis para projetos estruturais)? Caso afirmativo, a remuneração para estes serviços já estão incluídos nos valores previstos pela equação de honorários?

**3)** Ainda em relação ao item anterior, mesmo que sejam fornecidas, plantas ou levantamentos básicos, ainda será(ão) necessária(s) visita(s) e conferências “in loco”, elaboração de cadastros, relatórios técnicos, atualizações, digitalizações, etc. Caso afirmativo, a remuneração para estes serviços também já estão incluídos nos valores previstos pela equação de honorários?

**4)** Entendemos que a elaboração dos projetos, abrangem todo o Estado de Minas Gerais. Sendo assim, existe alguma remuneração específica para deslocamentos, hospedagens, diárias técnicas para atendimento a demandas fora do domicílio da credenciada, ou estes valores estão embutidos no cálculo para remuneração de honorários para execução das atividades?

**5)** Ainda sobre a questão de remuneração por honorários, gostaríamos de esclarecer/entender como seria feito cálculo dos honorários para execução dos serviços, ou seja, a CODEMIG já apresentaria os quantitativos/valores para execução da demanda em uma ordem de serviço específica, ou a empresa credenciada é que apresenta seus quantitativos/valores para análise/aprovação da CODEMIG, que por sua vez, autorizará ou não a execução dos trabalhos?

6) No caso da empresa credenciada ser demandada, e a mesma, ou por motivos alheios à sua vontade não puder atender no prazo de execução da atividade (conforme tabela do item 3.2 do Termo de Referência), ou entender que a mesma seja financeiramente inviável (ou que não haja um acordo comercial), portanto, recusando/agradecendo a demanda, ela apenas perde a sua vez na chamada, retornando ao final da lista de credenciados ou ocorrerá o descredenciamento ou alguma outra sanção?

### **RESPOSTAS:**

1) Não. A elaboração de orçamento de obras está vinculada a cada ordem de serviço emitida, independentemente do número de atividades/projetos que constituírem o escopo da mencionada ordem de serviço. Caso o objeto da ordem de serviço contemple mais de uma atividade/projeto, deverá ser elaborado apenas um orçamento de obras consolidado, sendo que, para cada atividade/projeto deverão ser elaboradas lista de materiais e equipamentos e memória de cálculo dos quantitativos específicas.

2) Apenas levantamentos topográficos estão previstos na atividade técnica 2.2.7 do Termo de Referência.

3) Sim.

4) Não existe remuneração específica para deslocamentos, hospedagens, diárias técnicas para atendimento a demandas fora do domicílio da credenciada. Tal contexto deve ser considerado pela empresa interessada em se credenciar.

5) Para cada ordem de serviço, a CODEMIG informará os quantitativos referentes às atividades/projetos demandados e preços conforme metodologia de cálculo definida no item 3 do Termo de Referência. O rito seguirá as instruções contidas nos itens 5 e 12 do Termo de Referência.

6) O rito a ser seguido para tratamento da recusa está disposto no subitem 13.7 do Edital, assim como para o descredenciamento no item “11. DA RESCISÃO CONTRATUAL E DO DESCREDENCIAMENTO” e para sanções no item “12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS”.

Belo Horizonte, 07 de dezembro de 2017.

Denise Lobato de Almeida  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO